

Fundações querem liberdade para seus investimentos

SÃO PAULO — O Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, Paulo Mente, propôs ontem ao Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Luis Octávio da Motta Veiga, que seja extinta a exigência para que os fundos de pensões tenham de aplicar 25 por cento de suas reservas técnicas — estimadas até abril em CZ\$ 175 bilhões — em ações.

Segundo ele, essa sugestão foi feita diante da disposição do Presidente da CVM em apresentar proposta ao Conselho Monetário Nacional no sentido de que seja eliminada a exigência para que o Pait — Patrimônio Individual do Trabalhador — aplique 35 por cento de suas reservas em títulos públicos.

Outra reivindicação apresentada pelo Presidente da Abrapp é sobre o

enquadramento dos fundos de pensão para aplicação em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Paulo Mente disse que enviou proposta à Secretaria da Previdência Complementar para que as fundações possam considerar as aplicações em títulos públicos federais como parcela do limite mínimo de 30 por cento que são obrigadas a aplicar em OFND.